

CONTRATO Nº 062/CEGÁS/2018
ORIUNDO DA LICITAÇÃO Nº 20180002/CEGÁS
PROCESSO Nº 0456121/2018.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS E (O)A
EMPRESA TECMASTER ENGENHARIA E
CONSTRUÇÕES LTDA, ABAIXO QUALIFICADOS,
PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, situada na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, CEP.: 60.830-005, inscrita no CNPJ sob o Nº 73.759.185/0001-96,, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Diretor Técnico e Comercial **Fabício Bomtempo de Oliveira**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Identidade nº 1568028 SSP-DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 698.775.801-87, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e o Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, brasileiro, casado, engenheiro e professor, portador da Carteira de Identidade de nº 628804-83 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 074.179.208-70, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e a empresa **TECMASTER ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, com sede na Avenida Durval de Góes Monteiro nº 1771, bairro Tabuleiro do Martins, Maceió/AL/SP, CEP: 57.061-000, Fone: (82) 3324.6655, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº 04.191.808/0001-54, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sócio Diretor Técnico/Comercial **Péricles Renet de Medeiros**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº MG 3.3359107 PCMG/MG, e do CPF nº 523.824.864-49, residente e domiciliada(o) na cidade de Maceió, no estado de Alagoas, na Avenida Silvio Carlos Viana nº 1485, aptº 1002, bairro Ponta Verde, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento a Lei nº 13.303/2016, no Edital da LICITAÇÃO Nº 20180002/CEGÁS, e seus anexos, devidamente homologada pelo Sr. Diretor-Presidente da CEGÁS, a proposta da Contratada, tudo parte integrante deste termo, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Termo a execução dos serviços de construção, montagem e testes de gasodutos em aço carbono, instalação de válvulas, montagem, instalação e comissionamentos de clientes, montagem e instalação Conjuntos de Regulagem de Pressão e Medição (CRM) e Estações de Regulagem de Pressão (ERP), construção de abrigos, realização de solda e furos em carga e outros serviços para ampliação e modernização da rede de gasodutos da CEGÁS, nos municípios de Aquiraz, Aracati, Caucaia, Eusébio, Fortaleza, Horizonte, Maracanaú, Pacajus, São Gonçalo do Amarante e em outros municípios do estado do Ceará, que por ventura venham ser atendidos pela CONTRATANTE, devidamente especificados no ANEXO A – MEMORIAL DESCRITIVO e quantificado no ANEXO B – PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS, assim entendido como o orçamento para a plena execução dos serviços, todos eles partes integrantes do Edital da LICITAÇÃO Nº 20180002/CEGÁS, em regime de Empreitada por Preço Unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. O valor global deste Contrato é de R\$ 34.847.432,00 (trinta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta e dois reais), a ser pago com recursos oriundos da CEGÁS, com Dotação Orçamentária descrita no processo licitatório.


4

3.2. No preço estabelecido nesta Cláusula estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, impostos e demais despesas necessárias à execução do objeto deste Contrato.

3.3. Os recursos financeiros necessários aos pagamentos do objeto deste Contrato estão devidamente equacionados e assegurados especificamente no orçamento da CEGÁS, com Dotação Orçamentária descrita no processo licitatório.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E ALTERAÇÕES DO CONTRATO

4.1. Os serviços objeto deste termo contratual deverão ser executados e concluídos dentro do prazo de 22 (vinte e dois) meses, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial.

4.2. O prazo de vigência do contrato será de 34 (trinta e quatro) meses, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual, devendo ser publicado na forma do art. 51, § 2º da Lei Federal nº 13.303/2016.

4.2.1. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados, por acordo entre as partes, nos termos dos Arts. 71 e 72 da Lei nº 13.303/2016.

4.2.2. Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela FISCALIZAÇÃO da CEGÁS.

4.2.3. Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos à Gerência de Engenharia da CEGÁS, até 60 (sessenta) dias antes da data do término de cada do prazo acima mencionados.

4.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CEGÁS, não serão considerados como inadimplemento contratual.

4.4. O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme dispõe o § 1º do art. 81 da Lei Federal 13.303/2016.

4.5. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no subitem acima, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes (§ 2º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016).

4.6. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

4.7. Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da contratada, a CEGÁS deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

4.8. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.



CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

5.1. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Após os 12 (doze) meses os preços contratuais serão reajustados, tomando-se por base o mês da apresentação da proposta, pela variação do índice EDIFICAÇÕES, COLUNA 35, constante da revista "CONJUNTURA ECONOMICA", editada pela Fundação Getúlio Vargas.

5.1.1. No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:

$$R = V \left[\frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado.

V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados.

I₀ = Índice inicial – correspondente ao mês da entrega da proposta.

I = Índice final – correspondente ao mês de aniversário anual da proposta.

5.2. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês após a data-limite da apresentação da proposta de preços, sendo que o seu valor se manterá fixo por 12 meses, e assim sucessivamente a cada 12 meses.

5.3 A data base de referência da proposta de preços será o mês de apresentação da proposta de preços, e os possíveis reajustes, calculados a partir deste.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado conforme segue:

6.1.1. Apresentação pela CONTRATADA de um único Boletim de Medição mensal após a execução dos serviços, à FISCALIZAÇÃO da CEGÁS;

6.1.2. Após constatação da realização dos serviços, pela Fiscalização, os Boletins de Medições serão encaminhados para aprovação do Gestor do Contrato e em seguida remetido para pagamento;

6.1.3. Os boletins de medições serão realizados de acordo com os serviços executados mensalmente e pagos em conformidade com o ANEXO E – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO.

6.1.4. O pagamento dos serviços prestados será efetuado, mensalmente mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura dos serviços efetivamente prestados no mês, juntamente com a documentação disposta no subitem 6.2., no protocolo da CEGÁS até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, para fins de conferência e atestação pelo gestor do contrato.

6.1.4.1. Após a certificação da nota fiscal/fatura pela CEGÁS, os pagamentos serão efetuados, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, na primeira quinta feira após 15 dias do recebimento da fatura no protocolo da CEGÁS.

6.1.5. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.1.6. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.7. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.2. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

a) Relação dos empregados utilizados nos serviços contratados assinada pela Fiscalização do Contrato.

b) Recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos empregados envolvidos na execução do objeto deste instrumento.

c) Recolhimento do FGTS relativo aos empregados referidos acima.

d) Comprovante de recolhimento do PIS e ISS, quando for o caso, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recolhimento destes encargos.

e) Folha de pagamento relativa aos empregados utilizados nos serviços contratados.

f) Cópia do comprovante de quitação das verbas rescisórias, válido perante o Ministério do Trabalho, referente às rescisões ocorridas no período a que se refere à execução do contrato.

g) Documentação relativa à regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista, Fazendas Federal, Estadual, Municipal e Certidão de Falência e Recuperação Judicial.

6.3. O pagamento de cada fatura dependerá da apresentação dos documentos e quitações acima referidos.

6.4. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.5. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

6.6. Fica assegurado a CEGÁS o direito de deduzir de qualquer documento de cobrança da contratada, as importâncias correspondentes a multas e/ou débitos a que a mesma porventura tiver dado causa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A CEGÁS exercerá a Fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratual, através do Gerente de Engenharia, como Gerente do Contrato e o Coordenador de Obras, como Fiscal do Contrato, doravante denominado simplesmente de GESTORES, especialmente designados para esse fim e visando o seu exclusivo interesse, sem prejuízo, redução ou exclusão da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros.

7.1.2. Compete à FISCALIZAÇÃO:

a) Exigir fiel cumprimento do Contrato e seus aditivos pelo (a) CONTRATADO (A).

b) Solicitar o assessoramento técnico, caso necessário.

c) Verificar e atestar as medições e encaminhá-las para aprovação da CEGÁS.

- d) Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas.
- e) Controlar a qualidade dos serviços executados, rejeitando aqueles julgados não satisfatórios.
- f) Assistir o (a) CONTRATADO (A) na escolha dos métodos executivos mais adequados.
- g) Exigir do (a) CONTRATADO (A) a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto licitado.
- h) Rever, quando necessário, o projeto e as especificações técnicas, adaptando-as a retenções específicas.
- i) Dirimir as eventuais omissões e discrepâncias dos desenhos e especificações.
- j) Verificar a adequabilidade dos recursos empregados pela CEGÁS, exigindo a melhoria dos serviços dentro dos prazos previstos.
- l) Anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas.
- m) Estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Contrato.
- n) Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados, das obras executadas ou daquilo que for produzido pelo contratado.
- o) Conhecer detalhadamente o Contrato e as cláusulas nele estabelecidas.
- p) Levar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção.
- q) Confirmar a medição dos serviços efetivamente realizados, dos cronogramas de execução do objeto contratado.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do respectivo instrumento contratual, comprovante de prestação de garantia de 5 % (cinco) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 70, da Lei Federal nº 13.303/2016, vedada à prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária..

8.2. Na garantia deverá estar expresso prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.

8.3. Na ocorrência de acréscimo de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 8.1., acima.

8.4. A garantia prestada, de acordo com o estipulado nesta cláusula, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e após a emissão do Termo de Entrega e Recebimento Definitivo dos serviços, e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente utilizando o índice da Caderneta de Poupança, conforme dispõe o § 4º, do art. 70, da Lei Federal nº 13.303/2016.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas e as condições do Anexo I – Memorial Descritivo:



9.1.1. Executar o serviço através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo a CEGÁS solicitar a substituição daqueles, cuja conduta seja julgada inconveniente;

9.1.2. Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

9.1.3. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção do serviço, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

9.1.4. Responder perante a CEGÁS, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

9.1.5. Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO;

9.1.6. Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc, ficando excluída qualquer solidariedade da CEGÁS por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA com referência às suas obrigações não se transfere a CEGÁS;

9.1.7. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

9.1.8. Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação do serviço;

9.1.9. Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

9.1.10. Manter durante toda a execução do serviço em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.11. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

9.1.12. Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;

9.1.13. Comunicar, em tempo hábil, à CEGÁS, nos casos de ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução dos serviços, viabilizando sua interferência e correção da situação apresentada

9.1.14. Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da Legislação Fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da Legislação Social, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, sendo certo que os empregados da CONTRATADA não terão vínculo empregatício com a CONTRATANTE



9.1.15. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.

9.2. A experiência dos profissionais, deverá ser comprovada mediante apresentação dos documentos descritos a seguir, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do Contrato, com seus respectivos currículos e a indicação das funções que lhes serão atribuídas na equipe, com experiência igual ou superior a que está indicada para cada profissional. Em havendo não comprovação satisfatória neste momento, caberá à CONTRATADA a imediata apresentação de profissional equivalente em termos de experiência e das exigências originais do processo licitatório.

9.2.1. Grupo 1 - Profissionais de Gestão:

a) 01 (um) Engenheiro Mecânico, Químico ou Industrial – Função: Gerente do Contrato/Responsável Técnico e Coordenador de Planejamento - Engenheiro com experiência em construção, montagem e testes de gasoduto de aço carbono para gás natural ou derivados de petróleo, enterrado, lançado através de Método Não Destrutivo (furo direcional) ou vala a céu aberto (método destrutivo). A experiência deverá ter sido exercida em obras compatíveis em características, em quantitativos e em nível de complexidade com o objeto desta licitação. A comprovação se dará com a CAT - Certidão de Acervo Técnico do CREA/CONSELHO DE CLASSE, e com o curriculum vitae resumido, além de experiência de pelo menos 02 (dois) anos na função;

b) 01 (um) Engenheiro Civil – Função: Engenheiro de Obras - Engenheiro com experiência em construção, montagem e testes de gasoduto de aço carbono para gás natural ou derivados de petróleo, enterrado, lançado através de Método Não Destrutivo (furo direcional) ou vala a céu aberto (método destrutivo). A experiência deverá ter sido exercida em obras compatíveis em características, em quantitativos e em nível de complexidade com o objeto desta licitação. A comprovação se dará com a CAT - Certidão de Acervo Técnico do CREA/CONSELHO DE CLASSE, e com o curriculum vitae resumido, além de experiência de pelo menos 02 (dois) anos na função;

c) 01 (um) Profissional de Nível Técnico ou Tecnológico – Função: Técnico de Qualidade - Profissional de nível técnico ou tecnólogo com experiência em planejamento de obras (execução ou fiscalização) de construção, montagem e testes de gasoduto de aço carbono para gás natural ou derivados de petróleo, enterrado, lançado através de Método Não Destrutivo (furo direcional) ou vala a céu aberto (método destrutivo). A experiência deverá ter sido exercida em obras compatíveis em características, em quantitativos e em nível de complexidade com o objeto desta licitação. A comprovação se dará com a CAT - Certidão de Acervo Técnico do CREA, e com o curriculum vitae resumido, além de experiência de pelo menos 02 (dois) anos na função.

9.2.2. Grupo 2 - Profissionais Técnico-operacionais:

a) 01 (um) Encarregado Geral de Obras, com experiência comprovada em obras de construção e montagem de químicas, petroquímicas ou distribuição de gás natural. A comprovação se dará com o registro na CTPS (Carteira do Trabalho e Previdência Social) e com curriculum vitae resumido, além de experiência de pelo menos 01 (um) Auxiliar de Topografia com formação técnica comprovada em obras de construção e montagem de químicas, petroquímicas ou distribuição de gás natural. A comprovação se dará com o registro na CTPS (Carteira do Trabalho e Previdência Social) e com curriculum vitae resumido, além de experiência de pelo menos 01 (um) ano na função;

b) 02 (dois) Inspectores de Controle de Qualidade com registro de qualificação aprovada e vigente durante todo o Contrato por instituição acreditada pelo INMETRO, com experiência comprovada em Controle de Qualidade relativo a gasodutos. A experiência deverá ter sido exercida em obras compatíveis em características, em quantitativos e em nível de complexidade com o objeto desta licitação. A comprovação se dará com o registro na CTPS (Carteira do Trabalho e Previdência Social) e com curriculum vitae resumido, além de experiência de pelo menos 01 (um) ano na função;

c) 01 (um) Desenhista/Projetista com formação técnica comprovada em área afim em instituição reconhecida pelo MEC em tubulações industriais. A comprovação se dará com o registro na CTPS (Carteira do Trabalho e Previdência Social) e com curriculum vitae resumido, além de experiência de pelo menos 01 (um) ano na função;

d) 02 (dois) Soldadores de Tubulação em Aço Carbono com registro de qualificação aprovada e vigente durante todo o Contrato por inspetor de soldagem em aço carbono, qualificados e com experiência comprovada em obras de gasoduto. A experiência deverá ter sido exercida em obras compatíveis em características, em quantitativos e em nível de complexidade com o objeto desta licitação. A comprovação se dará com o registro na CTPS (Carteira do Trabalho e Previdência Social) e com curriculum vitae resumido, além de experiência de pelo menos 01 (um) ano na função;

e) 01 (um) Técnico de Segurança do Trabalho com formação técnica comprovada em instituição reconhecida pelo MEC, com experiência comprovada em execução de obras de construção e montagem de químicas, petroquímicas ou distribuição de gás natural. A experiência deverá ter sido exercida em obras compatíveis em características, em quantitativos e em nível de complexidade com o objeto desta licitação. A comprovação se dará com o registro na CTPS (Carteira do Trabalho e Previdência Social) e com curriculum vitae resumido, além de experiência de pelo menos 01 (um) ano na função;

9.2.3. Todos os profissionais acima relacionados deverão permanecer mobilizados até assinatura do TRD (Termo de Recebimento Definitivo) do Contrato.

9.2.4. Quando do rompimento contratual por quaisquer um dos profissionais elencados pela CONTRATADA, deverá ocorrer a substituição imediata por um profissional cuja habilitação técnica comprovada seja igual ou superior ao substituído.

9.2.5. A lista acima é exigida, mas não exaustiva. Ou seja, obriga-se a empresa a mobilizar estes e outros profissionais que se fizerem necessários para a perfeita e segura execução das atividades objeto do Contrato.

9.3. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.3.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer aos requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

9.3.2. Prestar os serviços de acordo com o ANEXO A – MEMORIAL DESCRITIVO e ANEXO B – PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS, partes integrantes do EDITAL, independente de transcrição.

9.3.3. Atender às normas nacionais e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;

9.3.4. Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;

9.3.5. Apresentar, caso a CONTRATADA seja obrigada pela legislação pertinente, antes da 1ª medição, cronograma e descrição da implantação das medidas preventivas definidas no Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT, no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e seus respectivos responsáveis, sob pena de retardar o processo de pagamento;

9.3.6. Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de “Anotação de Responsabilidade Técnica” correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a CEGÁS, sob pena de retardar o processo de pagamento;

9.3.7. Registrar o Contrato decorrente desta licitação junto ao INSS, e apresentar a matrícula correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a CEGÁS, sob pena de retardar o processo de pagamento;

9.3.8. Fornecer toda e qualquer documentação produzida durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio digital;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. A CONTRATANTE deverá satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas e as condições do Anexo I – Memorial Descritivo:

10.2. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através de autorização de serviços, ou outro instrumento hábil.

10.3. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes deste Termo Contratual.

10.4. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

10.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

10.6. Fiscalizar os serviços prestados pela CONTRATADA, bem como o gerenciamento do contrato de prestação de serviços.

10.7. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo e no contrato a ser firmado.

10.8. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

10.9. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MATRIZ DE RISCOS

11.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no ANEXO J – MATRIZ DE RISCOS, o CONTRATADO deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a CEGÁS sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;

b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;

c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,

e) Outras informações relevantes.

11.1.1. Após a notificação, a CEGÁS decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais ao CONTRATADO. Em sua decisão a CEGÁS poderá isentar temporariamente o CONTRATADO do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

11.1.2. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Quarta.

11.1.3. O reconhecimento pela CEGÁS dos eventos descritos no ANEXO J que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente ao contratado, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pelo CONTRATADO.

11.2. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

11.2.1. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

11.2.2. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

11.2.3. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

11.2.3.1. O contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

11.2.4. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

11.3. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos no ANEXO J – MATRIZ DE RISCOS, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. O recebimento dos serviços será feito por equipe ou comissão técnica, constituída pela CEGÁS, para este fim.

12.2. O objeto do Contrato será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA;

b) Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 76, da Lei nº 13.303/2016.

12.3. O Termo de Entrega e Recebimento Definitivo só poderá ser emitido mediante apresentação da baixa da obra no CREA e no INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. O CONTRATADO poderá subcontratar parte dos serviços, objeto do Contrato, quando previamente autorizado por escrito pela CEGÁS e, desde que, atendidas as exigências de habilitação e qualificação, previstas por ocasião da contratação, exigências estas limitadas aos serviços a serem subcontratados, mantendo, contudo, integralmente, as responsabilidades assumidas perante a CEGÁS.

13.1.1. Antes da subcontratação, o CONTRATADO deverá apresentar, para análise da CEGÁS, os documentos de habilitação e qualificação, relativo ao subcontratado, bem como a cópia da minuta do Contrato com o Subcontratado.

13.1.2. Incumbe ao CONTRATADO dar pleno conhecimento do Contrato e seus Anexos ao subcontratado, eximindo a CEGÁS de quaisquer reclamações futuras por parte do CONTRATADO e/ou subcontratado.

13.2. NOTA SOBRE SUBCONTRATAÇÃO

13.2.1. Após a assinatura do Contrato, a Empresa deverá submeter toda e qualquer subcontratação à prévia aprovação da CEGÁS, que poderá ou não aceitar a Empresa indicada.

13.2.2. Em hipótese nenhuma haverá relacionamento contratual ou legal da CONTRATANTE com os subcontratados.

13.3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de vetar a utilização de subcontratadas por razões técnicas ou administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, as seguintes penalidades:

I – Advertência: Repreensão por escrito imposta a contratada por falta leve na execução do contrato;

II – Multas, estipuladas na forma do subitem 14.4, deste contrato.

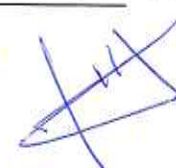
III – suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pública pelo prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

14.2. As sanções previstas nos incisos I e III do subitem 14.1., deste contrato poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

14.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas de licitação ou dos contratos celebrados.

14.4. A multa aplicável será aplicada da seguinte forma:

a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente;



b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior;

c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor nota de empenho, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento) em caso de reincidência;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante;

14.5. A(s) multa(s) a que porventura a CONTRATADA der causa será(ão) descontada(s) da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução do contrato, reservando-se a CEGÁS o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

14.5.1. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.6. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a licitante ou contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo IPCA ou equivalente, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.

14.7. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

14.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução de serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada a multa.

14.9. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar são sanções administrativas que obstam a participação em licitação e a contratação com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Ceará, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

14.9.1.- por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, a contratada permanecer inadimplente;

14.9.2 - por até 12 (doze) meses, quando a contratada ensejar o retardamento da execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e

14.9.3 - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a contratada:

14.9.3.1. apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados na contratação, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;

14.9.3.2. praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da contratação; ou

14.9.3.3. for multada, e não efetuar o pagamento.

14.10. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15.1. A inexecução total ou parcial deste contrato pela CONTRATADA ensejará sua rescisão pela CEGÁS, com as consequências previstas neste Contrato e na legislação que rege a Administração Pública e seus contratos.

15.2. Considera-se em mora a CONTRATADA, pelo simples descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

15.3. Constituem motivo para a rescisão do contrato:

I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.

III – A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.

IV – O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento.

V – A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

VI – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

VII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio.

VIII – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

IX – A dissolução da sociedade ou o falecimento do representante legal da CONTRATADA.

X – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste contrato.

XI – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

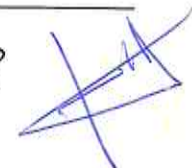
XII – A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial deste contrato além do limite permitido no §1º do art. 81 da Lei 13.303/16.

XIII – O atraso nos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

XIV – A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

XV – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

XVI – Descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.



15.4. A rescisão deste contrato poderá ser:

- I – Determinada por ato unilateral e escrito de qualquer das partes.
- II – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEGÁS;
- III – Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da comarca de Fortaleza - CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Fortaleza/CE., 21 de novembro de 2018.



FABRÍCIO BOMTEMPO DE OLIVEIRA
Diretor Técnico e Comercial
Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS



HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR
Diretor Presidente
Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS



PÉRICLES RENET DE MEDEIROS
Sócio Diretor Técnico/Comercial
TECMASTER Engenharia e Construções Ltda

TESTEMUNHAS:

